

Oficinas de Capacitação dos Protocolos Boi na Linha • 2023

Piracicaba, 03 de julho de 2024



BOL NA
LINHA

Introdução

Em 2009, os maiores frigoríficos do país assinaram compromissos para monitorar as compras de gado bovino da Amazônia. Esses compromissos atendem as exigências do Ministério Público Federal (TAC do Pará e TAC da Carne Legal) e das organizações da sociedade civil (Compromisso Público da Pecuária na Amazônia). Foram apresentados critérios para que as empresas signatárias monitorassem a cadeia de fornecedores e coibissem a comercialização de produtos bovinos de áreas irregulares na Amazônia.

Através do **Protocolo de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia – Versão 1.1** (2021), aprovado oficialmente pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (MPF), parâmetros e regras para analisar as compras de gado foram estabelecidos.

Os compromissos também definem que o monitoramento implementado pelos frigoríficos deve ser auditado anualmente. Em outubro de 2021, foi lançado o **Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia**. Este protocolo harmoniza e unifica os procedimentos de auditorias, tornando o processo mais confiável e transparente. Os frigoríficos passam a contar com um documento de referência que agrega valor para as empresas e gera transparência à sociedade civil.

As auditorias buscam avaliar a conformidade nas compras de gado por meio da verificação da efetividade do sistema de monitoramento de fornecedores utilizado pela empresa. As diretrizes e procedimentos definidos no Protocolo substituem as determinações vigentes até então e orientam as organizações de auditoria independentes na verificação do cumprimento dos termos dos compromissos assumidos pelas empresas.

Para ampliar a participação e o envolvimento dos frigoríficos nesse processo, foram organizadas, entre setembro e dezembro de 2023, uma série de oficinas no âmbito do Programa Boi na Linha. O objetivo principal foi capacitá-los em relação ao **Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia (PMFGA) – Versão 1.1** e ao **Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia – Versão 1.0**.

Destacam-se também outros objetivos das oficinas:

- Fornecer subsídios para futuras revisões do Protocolo de Monitoramento e de Auditoria;
- Engajar os frigoríficos na implementação e melhoria dos processos de monitoramento;
- Fortalecer o diálogo com os frigoríficos e outras entidades regionais ligadas à cadeia produtiva da carne;
- Identificar agendas de interesse público para o fortalecimento do TAC e das estratégias de desenvolvimento da pecuária.



Os eventos presenciais ocorreram em sete cidades de quatro estados da Amazônia: Nova Xavantina (MT), Cuiabá (MT), Sinop (MT), Rio Branco (AC), Marabá (PA), Paragominas (PA) e Ji-Paraná (RO). No total, participaram 131 pessoas, incluindo representantes de frigoríficos, órgãos públicos, associações, sociedade civil, produtores e outros.

Quadro 1 - Quantidade de instituições presentes

OFICINAS	Rio Branco 12/09	Nova Xavantina a 13/09	Nova Xavantina a 14/09	Marabá 17/10	Cuiabá 24/10	Ji Paraná 07/11	Parago- minas 04/12	Sinop 06/12	Total
Associação regional	-	-	1	-	-	3	3	-	7
Consultoria	-	1	3	3	4	-	3	3	16
Frigorífico	1	-	-	3	7	1	2	4	18
Curtume	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Órgão Público	-	1	4	-	0	1	1	-	8
Universidade	2	-	-	1	0	-	-	-	1
Sociedade Civil	-	-	1	-	1	-	1	-	3
Outras	-	1	-	-	3	-	1	-	4
Número total de entidades	3	3	9	8	15	5	11	7	61

Dessa forma, este relatório busca apresentar os temas trabalhados nas oficinas com os comentários levantados em cada evento. Além disso, faz um balanço dos eventos para promover a realização de monitoramentos e auditorias confiáveis, seguras e consistentes sobre os acordos estabelecidos referentes à cadeia de carne bovina na Amazônia.

Workshops de Capacitação dos Frigoríficos no Protocolo de Monitoramento e de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia

As oficinas ocorreram nos períodos da manhã e da tarde, das 8h às 17h. Os eventos foram conduzidos pela equipe do Programa Boi na Linha, com a participação de convidados externos nas oficinas de Cuiabá – MT e Sinop – MT. A oficina de Nova Xavantina – MT, em 13/04, foi realizada em um assentamento rural, em parceria com a Liga do Araguaia.

A abertura dos eventos contou com uma breve apresentação institucional sobre o Imaflora. Em seguida, foi feita a contextualização sobre o cenário da pecuária na Amazônia, com informações sobre a produção de gado bovino, expansão de paisagens e desmatamento. Foi introduzido o **Programa Boi na Linha** e o histórico dos compromissos da pecuária na



Amazônia. Neste momento, também ocorreram atividades dinâmicas para maior participação do público. Os resultados dessas atividades estão descritos no tópico "*Principais comentários, dúvidas e sugestões*".

No período da tarde, os critérios do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia foram apresentados e discutidos. Na maioria das oficinas, o público já tinha conhecimento prévio sobre o PMFGA, então esse momento foi voltado para discussões sobre situações práticas e sugestões de melhorias para o documento, com diálogos enriquecedores. Também foi abordado o processo de auditoria, orientado pelo **Protocolo de Auditoria**, que avalia a performance das empresas em relação aos compromissos da pecuária com base nos critérios e parâmetros do PMFGA.

Foram apresentados os **passos iniciais da auditoria**, que envolvem a definição do escopo e a seleção da empresa de auditoria. A **preparação** inclui a construção de um plano e o acesso aos dados e informações que devem ser compartilhadas. A **condução dos trabalhos de auditoria** verifica os sistemas de monitoramento, as conformidades das compras de gado e os procedimentos de informações ao consumidor, baseados nos critérios estabelecidos. O **encerramento** envolve a elaboração, envio e publicação do relatório.

Na segunda etapa da tarde, abordou-se a questão da **rastreabilidade**, com explicação sobre sua importância no combate às práticas de triangulação do gado. Discutiu-se a situação atual de acesso às bases de dados de GTAs e as tendências para um monitoramento completo da cadeia, motivado por legislações internacionais, como o Regulamento Europeu para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR).

Por último, discutiu-se a **reinserção de produtores** bloqueados por desmatamento ilegal (TAC) e desmatamento zero (CPP) na cadeia de fornecimento dos frigoríficos. Foram apresentados **Programas de Reinserção de Produtores**, como o PREM (Programa de Reinserção e Monitoramento) no Mato Grosso e o SIRFLOR (Sistema de Restauração Florestal) no Pará. Na oficina de Nova Xavantina (13/09), a equipe do PREM foi convidada para apresentá-lo, bem como nas oficinas de Cuiabá (24/10) e Sinop (07/12).



Horário	Conteúdo	Temas
07:40		Boas Vindas
08:00	Apresentação Institucional Imaflora	Missão, eixos de atuação, projetos, serviços e recursos
08:30	Contexto da Pecuária na Amazônia	Dados históricos Brasil e Estado
10:00		Coffee Break
10:15	Programa Boi na Linha	Histórico, objetivos, parceiros e números
12:30		Almoço - Restaurante do Hotel
13:30	Programa Boi na Linha	Critérios do Protocolo de Monitoramento e Auditoria
16:00		Coffee Break
16:15	Rastreabilidade	Complexidade da cadeia pecuária
16:30	Programas de Reintegração de Produtores	Bases para Programas de Reintegração, PREM, SIRFLOR
17:00		Encerramento

Figura 1: Agenda das oficinas.

Balanço das participações nos workshops

Os eventos presenciais foram precedidos por um período de mobilização das empresas, com o intuito de convidar todos os frigoríficos, com e sem TAC, a participarem das oficinas de capacitação. Outros atores também foram mobilizados, como sindicatos rurais, organizações da sociedade civil e órgãos estaduais. Para a oficina de Marabá (17/10), foi enviado um ofício pelo Imaflora para a Adepará, convidando-os a participar do evento, como mostram as figuras 2 e 4.



Figuras 2 e 3: Ofício enviado pelo Imaflora convidando a Adepará a participar da Oficina de Marabá, em 17/10.

Também foram enviadas mensagens por e-mail e WhatsApp (figuras 3 e 4), realizadas tentativas de contato via telefone e, por fim, houve ampla divulgação através dos canais de comunicação do Boi na Linha.



Figura 4 Material enviado por WhatsApp.

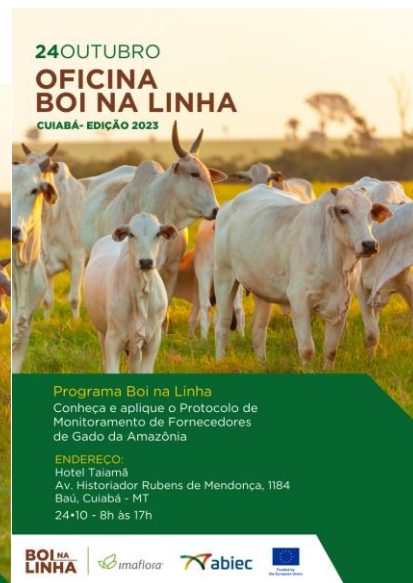


Figura 5: Material enviado por e-mail.

O público-alvo dos eventos eram os frigoríficos, mas estiveram presentes também representantes de outras instituições locais, como associações regionais, universidades, órgãos públicos, consultorias, empresas de curtume e processadores. O quadro 2 detalha quais instituições estiveram em cada workshop. A lista completa dos participantes está no Anexo I deste relatório.

Quadro 2 - Balanço dos participantes nas oficinas.

Local	Instituições presentes	Quantidade instituições presentes	Quantidade participantes presentes
Rio Branco – AC (12/09)	JBS/Friboi; IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre); MPF (Ministério Público Federal).	3	5
Nova Xavantina - MT (13/09)	EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural); Sicredi.	2	31
Nova Xavantina - MT (14/09)	Liga do Araguaia; Secretaria de Administração, Finanças e Agricultura Familiar; Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura Nova Xavantina	8	16



	(Comunicação); SCFV; Plantando Sementes; Agrícola Alvorada; Sertão Agropastoril.		
Marabá - PA (17/11)	JBS/Escritórios Verdes; Frigorífico Rio Maria; Frigorífico Valêncio; Durli Couros; Unifesspa; Regularize Agro; MultVet Agronegócio; Biogenesis Bagó.	8	17
Cuiabá - MT (24/10)	Frigorífico Boi Branco; Minerva Foods; JBS/Escritórios Verdes; Marfrig; Frigonelore; Naturafrig; Agropam; ICV; Serasa; PCI; Agroflora; Agroturn; Ramo Ambiental; Girassol; Earth.	15	25
Ji-Paraná - RO (07/11)	JBS/Friboi; Funai; Coopaiter; Cooperativa Garah Itxa; Povo Paiter.	5	8
Paragominas - PA (04/12)	Fortefrigo; Mafrinorte; SEMMA Paragominas; TNC; Acripará; Adepará; Sindicato dos Produtores Rurais; Geomaster; Nativa Carbono; Norte Brasil; Banco da Amazônia.	11	17
Sinop - MT (06/12)	Frigobom; Frialto; Pantanal Beef; JBS/Escritórios Verdes; Agrisee; Zanardi Consultoria; Restauragro.	7	12
Total		59	131

O número de participantes nos eventos aumentou em relação ao último ciclo de oficinas de 2022, com maior variedade nas instituições presentes. Em 2022, participaram 25 instituições e 47 pessoas divididos em 4 eventos, enquanto em 2023, participaram 61 instituições e 131 convidados distribuídos em 8 eventos.

Para alcançar um público maior, foi elaborado um banco de dados com contatos de frigoríficos, curtumes, órgãos públicos, associações locais e sindicatos, instituições de pesquisa, varejistas, sociedade civil e produtores. Além disso, a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) colaborou com o engajamento dos frigoríficos associados, incentivando sua participação. Esse banco de dados segue em atualização para os próximos eventos, considerando os desafios na comunicação com alguns frigoríficos de menor porte.

Espera-se que as participações sejam maiores no próximo ciclo, especialmente nos estados do Acre e Rondônia. A baixa adesão nesses estados pode ser justificada pela quantidade reduzida de TACs assinados e pela recente troca dos representantes do MPF. Em Rondônia, a presença de povos e associações indígenas guiou a discussão para a problemática da criação de gado dentro de Terras Indígenas, focando em um conteúdo diferente das outras oficinas. No Acre, as discussões foram mais voltadas para regularização e licenciamento ambiental devido à participação de órgãos públicos.



Tem-se também, como desafio para o próximo ciclo, o engajamento de varejistas. Estes foram convidados, mas não compareceram, e as regiões onde foram realizadas as oficinas contam com grandes redes que possuem um papel fundamental no combate às irregularidades na cadeia da pecuária.

Para maior adesão de frigoríficos, com base na experiência com os eventos de 2023, no próximo ano os trabalhos de engajamento com a Abiec terão um planejamento conjunto mais estratégico. Também serão realizadas oficinas em diferentes municípios próximos aos centros de pecuária ativa. Os fatores de tempo e distância para deslocamento até outros municípios influenciam na participação desse público, uma vez que envolve custos e ausência de representantes na empresa.

Outro fator a ser considerado é a resistência de muitas empresas em aderir aos termos e exigências estabelecidos no TAC. Muitas têm dúvidas sobre os processos, mas preferem se manter fora do circuito (já que não têm ocorrido penalidades), e acreditam que a responsabilidade de fiscalizar o produtor rural é dos órgãos ambientais. Também acham que o custo de monitoramento e de auditoria é muito alto. No entanto, considera-se que o trabalho de engajamento é contínuo e as ações desenvolvidas agora contribuirão para um maior engajamento nas ações futuras.

Principais comentários, dúvidas e sugestões

Durante os workshops, os participantes se manifestaram em relação aos principais aspectos que envolvem o PMFGA e de Auditoria, consistindo principalmente em dúvidas e comentários para serem avaliados, sobretudo pelo MPF e pelos órgãos ambientais envolvidos. Casos reais são trazidos pelo público e analisados em conjunto, culminando em sugestões de melhorias e correções, pensando na melhoria da próxima versão dos Protocolos (Monitoramento e Auditoria), e pontos de atenção que precisam ser sistematizados para o processo de auditoria.

Todas as manifestações foram registradas, e os principais temas e demandas foram apresentados ao MPF e discutidos na Câmara Técnica de Apoio ao TAC. Como nem todos os tópicos são similares, serão apresentados a seguir, organizados por estado.

1. Rio Branco (AC)

1.1 Comentários Gerais

- SEMAPI faz o monitoramento dos PRAs. IMAC faz monitoramento de licenças ambientais emitidas, por necessidade ou por amostragem. Análise prioritária do CAR é pré-requisito para o IMAC emitir licença.



- Mudanças no cenário do Acre: muitos pecuaristas estão migrando para soja e exportando para o Peru. Lucro na soja é maior que na pecuária.

1.2 Temas críticos

- Produção de gado na RESEX Chico Mendes.
- Produtor muitas vezes diz que vai pensar se vai fazer o PRA e, em seguida, procura outra opção para venda de gado.
- Tem PRA que demora 1,5 anos para ser liberado e o produtor precisa vender naquele momento.
- Escritórios Verdes/JBS: em 2 meses de trabalho, conseguiram convencer apenas 1 produtor a aderir ao PRA.

1.3 Degradação ambiental

- *Desmatamentos + ausência de licenças para desmatamento = **não financiamento bancário.***
- *Não financiamento bancário + não financiamento privado + não financiamento público + não financiamento próprio = **baixo recurso financeiro.***
- *Baixo recurso financeiro + falta de conhecimento técnico + falta de recursos físicos (sementes, funcionários capacitados) = **pastagem de baixa produção.***
- *Pastagem de baixa produção + gado pastejando acima da capacidade de recuperação do pasto = **degradação do solo.***



Figura 6: Participantes da oficina de Rio Branco – AC.



2. Nova Xavantina (MT) - 13/09

2.1 Comentários Gerais

A oficina ocorreu em um assentamento rural em parceria com a Liga do Araguaia. Portanto, a maior parte do público foi de pequenos produtores e os assuntos discutidos foram desde as regras do Novo Código Florestal até o Programa Boi na Linha e os programas de reinserção de produtores.

- Adequação ambiental nos diversos tipos de propriedade com auxílio de um parceiro técnico no lugar de assistência técnica.
- Produtores com interesse nas exceções das regras do Novo Código Florestal.
- Explicação sobre CAR coletivo e CAR individual.
- Desafios do Mato Grosso em relação a incertezas sobre o tipo de vegetação (Floresta ou Cerrado), localização de nascentes e mapa de uso consolidado.



Figura 7: Apresentação do Programa Boi na Linha em Nova Xavantina – MT.



Figura 8: Participantes da oficina em Nova Xavantina – MT.



3. Nova Xavantina (MT) - 14/09



Figura 9: Apresentação na oficina de Nova Xavantina – MT.

3.1 Comentários Gerais

Realizada no Sindicato Rural de Nova Xavantina, a oficina contou novamente com o apoio de nossos colegas da Liga do Araguaia. Na plateia, representantes de órgãos ambientais do município e de produtores rurais. As palestras foram ministradas por Lisandro Inakake, representando o Boi na Linha e por Bruno Andrade, do Imac (Instituto Mato-Grossense da Carne).

- O Protocolo Boi na Linha.
- Ferramentas e recursos Imac.
- Desafios do estado pela presença de produção de gado em diferentes biomas.

4. Marabá (PA)

4.1 Comentários Gerais

- As políticas públicas deveriam ser o tema central das discussões, pois influenciam diretamente a cadeia. A regularização fundiária é a espinha dorsal do problema, assim como a falta de acesso ao conhecimento e à informação. A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é um exemplo disso e depende fundamentalmente do Estado.
- É necessário menos morosidade dos órgãos do Estado, como Adepará, em avançar com a regularização/adequação das GTAs e CARs (sobretudo nos PAs). Avaliação de



como os frigoríficos podem unir forças para pressionar o setor público para destravar a agenda. A adequação aos critérios do PMFGA envolve custos (pessoas capacitadas e investimentos).

- Seria importante o MPF utilizar a mesma plataforma de transparência que os frigoríficos para consultar propriedades bloqueadas, pensando em otimizar e cancelar o desbloqueio – unificar o local de consulta.

Foi realizada uma dinâmica com os participantes da oficina na qual eles deveriam listar **pontos de gargalos e limitações** na cadeia da pecuária e **pontos vistos como oportunidades**. As respostas estão apresentadas abaixo:

4.2 Limitações

- É preciso melhorar a comunicação e a linguagem utilizada pelo setor, de modo que os pequenos produtores possam compreender o que está sendo requisitado pelo MPF, mercado e sociedade, para facilitar o engajamento. Por isso, também é importante o acesso à informação e capacitação dos pequenos produtores (os pequenos têm consciência da necessidade de se adequar, mas não sabem como). A adequação será fundamental para acessar mercados - maneiras para lidar com exclusão.
- É necessário um protocolo unificado para bancos e investidores, à exemplo do PMFGA, que foca nos frigoríficos.
- Morosidade do estado em casos de regularização de Prodes falso positivo. Essa morosidade também acontece com o Ibama no caso dos embargos e com o Incra na regularização fundiária, o que tem impactado bastante no avanço da agenda. Entidades estão distantes e isoladas desta discussão.
- MPF precisa cobrar a responsabilidade de outros frigoríficos e outros setores, como o de insumos.
- Regularização ambiental e fundiária e rastreabilidade: formas de rastrear gado originado de áreas sem registro/documentação (TI, UC, Terra devoluta, assentamentos). Como regularizar?
- Pressão sobre Estado para abertura pública dos dados: frigoríficos precisam se unir para encaminhar demanda.
- Preocupação com sobreposição com TI dos indiretos. Dúvidas sobre procedimentos (como resolver e quem acionar).

4.3 Oportunidades

- Participação em outras oficinas de empresas de insumos e outros atores da cadeia, para o aumento do engajamento do setor como um todo.
- Formas de premiação para pecuaristas, por exemplo, por produtividade. Pensar nos incentivos que podem ser oferecidos.



- É preciso unificar a plataforma de dados das propriedades fornecedoras para evitar vazamento e/ou compra equivocada de gado com passivo ambiental. Isso fará com que o produtor seja forçado a regularizar sua situação (Semas/Adepará têm acesso a essa informação).
- Pensar/buscar incentivos para produtores se adequarem às práticas produtivas sustentáveis. Trazer o setor de insumos pode ajudar no engajamento como um incentivo para os produtores se regularizarem. Projetos de parceria com o varejo e a universidade para implementar pilotos de rastreabilidade, restauração ILPF, também como formas de incentivo. Além das parcerias com universidade e setor privado para fomentar pesquisa e inserção no mercado, via projetos PPP.
- Uso de maneira integrada de pastagens degradadas (SAF) para gerar atividade econômica e restaurar paisagens, como cacau ou AG Reg.
- Seria importante construir um sistema integrado entre Adepará e frigoríficos para obter acesso em tempo real e evitar problema nas compras. O índice de produtividade pode ser controlado pela Adepará, com bloqueio na compra/movimentação.
- - Catireiro e leilões também são problema no monitoramento (esquentamento de gado). É preciso ser feita uma consulta prévia antes do leilão.



Figura 10: Participantes da oficina de Marabá – PA.

5. Cuiabá (MT)

5.1 Comentários Gerais

- Questão dos mercados mais restritivos em relação ao desmatamento (ilegal/ desmatamento zero). O produtor precisa avaliar em qual mercado pretende seguir.



- Efeito econômico da mudança ambiental da propriedade (redução no consumo de água, aumento da produtividade com a redução das áreas de pastagens, valor da floresta em pé).
- Frigoríficos que não realizam auditoria, foco do MPF.
- Decreto estadual nº 1031/2017 sobre SIMCAR e programa de regularização ambiental no Mato Grosso.

Durante a oficina, foi proposta uma dinâmica na qual os participantes deveriam listar **pontos de gargalos e limitações** na cadeia da pecuária, além de **pontos vistos como oportunidades**. As respostas estão apresentadas abaixo:

5.2 Limitações

- Alguns pequenos frigoríficos estão começando a monitorar conforme o PMFGA; no entanto, é necessário melhorar a comunicação e a linguagem utilizada pelo setor para facilitar a compreensão dos requisitos do MPF, do mercado e da sociedade.
- O ICMBIO alega não saber qual atestado deve emitir para autorizar a pecuária, o que inviabiliza o cumprimento da regra de desbloqueio do protocolo PMFGA. Situação semelhante ocorre em relação ao órgão que administra a APA.

5.3 Oportunidades

- Participação de entidades bancárias nas próximas oficinas.
- No estado do Mato Grosso, o pequeno produtor enfrenta dificuldades de acesso ao conhecimento e à informação, muitas vezes sem recursos para pagar pela consultoria de regularização ou pelo programa de extensão rural. O poder público deveria desempenhar o papel de disseminador de conhecimento.
- Verificar se a APF (autorização provisória de funcionamento rural) poderia servir como documento de comprovação de áreas consolidadas, uma vez que é emitida com base no CAR.
- Possibilidade de incluir no PMFGA pontuações relacionadas ao desmatamento em casos de incêndios na vegetação natural e limpeza da vegetação próxima a linhas de energia.





Figura 11: Atividade dinâmica realizada na oficina de Cuiabá – MT.



Figura 12: Participantes da oficina de Cuiabá – MT.

6. Ji-Paraná (RO)

- Questão da criação de gado dentro de Terras Indígenas. Na TI Sete de Setembro, há aproximadamente 1500 cabeças de gado, sendo que 1200 delas não pertencem aos indígenas.
- Indígenas do povo Paiter Suruí gostariam de trabalhar com gado e sugeriram a criação de uma marca própria com garantia de venda direta para os frigoríficos.



- A TI não possui linha de crédito, técnicos e infraestrutura. Sugere-se, por esse interesse em gado, uma parceria com o SENAR para acompanhamento da pecuária dentro da TI, focando em melhorias técnicas.
- Rastreabilidade individual, mas para isso seria necessário financiamento (brincagem, sistema, gestão).
- Programa de monitoramento via satélite – DETER para identificação de desmatamento e queimadas em TIs.
- Quando há sanção ou apreensão de gado ilegal em TIs, parte do recurso arrecadado ou a carne do gado ilegal poderia ser revertida em benefícios para a TI.
- A FUNAI deveria certificar a carne proveniente de TIs com base oficial, fornecendo brincos e incluindo o gado dos indígenas no sistema oficial.



Figura13: Participantes da oficina de Ji-Paraná – RO.

7. Paragominas – PA

7.1 Comentários Gerais

- Paragominas apresenta aptidões especiais para inovação e iniciativas de sustentabilidade. Está na vanguarda da implementação do CAR, ordenamento territorial, melhoria genética do gado, técnicas de rotação e aumento de produtividade, entre outros.
- Necessidade de envolver o Imaflora em parceria com produtores rurais e representações da pecuária, além dos frigoríficos.
- Questão da rastreabilidade via decreto do governo do Pará: quais as vantagens? Qual mercado pagará mais por isso?
- É crucial considerar a aptidão do produtor e da terra para tomar decisões de produção. Na agricultura, as traders oferecem ATER (Assistência Técnica e Extensão



Rural), para garantir a produção, atuando como financiadoras dos produtores. Na pecuária, essa assistência não é tão acessível e personalizada, o que dificulta o acesso a crédito e ATER, especialmente em regiões específicas. A diversificação da produção é fundamental para apoiar pequenos e médios produtores, explorando alternativas como silvicultura, ILPF e SAF para aumentar renda e independência econômica.

- O Banco da Amazônia (Basa) está selecionando produtores para financiamento no Programa Pecuária Verde. É necessário promover iniciativas alinhadas ao sistema MRV. Nesse sentido, o Boi na Linha pode contribuir significativamente.
- A prestação de ATER na pecuária é desafiadora devido à falta de harmonização nas práticas. É essencial investir em ATER especializada e adequada às características locais. A rastreabilidade deve ser vista como um subproduto da gestão de produção, separando animais de melhor qualidade, fêmeas reprodutoras, entre outros aspectos. Os desafios existentes são mais político-burocráticos do que tecnológicos ou ambientais. É necessário adotar uma abordagem baseada em princípios, não em regras, para a pecuária.

Dada a prioridade da rastreabilidade em Paragominas, houve uma discussão focada nesse tema com o questionamento: "Como propor processos ao governo estadual diante deste decreto?"

- Produtores rurais que já implementam práticas sustentáveis na sua propriedade, deveriam ter maior acesso a financiamento e crédito, comprovando suas práticas e resultados, o que incentivaria investimentos em rastreabilidade e tecnologia para aumentar produtividade.
- É essencial que os produtores comuniquem suas práticas sustentáveis para atender à agenda de sustentabilidade, buscando parcerias com bancos para financiamento dessas práticas.
- A rastreabilidade é vista como uma oportunidade para melhorar gestão e produtividade de forma voluntária, agregando valor e atraindo novos mercados que valorizem essas práticas/produtos.
- Construção de uma coalizão de figuras simbólicas para servir como referência aos produtores.
- Mobilização dos produtores que já adotam práticas corretas para impulsionar a agenda da rastreabilidade.
- Intensificação para não precisar expandir e aumentar produtividade.
- Investimento em pagamentos por serviços ambientais e financiamento para regularização ambiental e fundiária.
- Investimento em capacitação, treinamento e acompanhamento dos produtores para evolução de suas práticas produtivas, com apoio do serviço de ATER do Basa para implementação gradual e adequada ao meio ambiente. A título de terra é necessário para liberar o crédito/financiamento.



- Produtores veem a rastreabilidade como uma penalidade adicional aos já existentes desafios da produção.
- A certificação pode ser uma solução para endereçar a rastreabilidade.
- A regularização ambiental favorece a produção de commodities. Como ficam os pequenos produtores com dificuldades de regularização? O Basa é mais sensível às necessidades dos pequenos.
- Preocupação de que, se os produtores de Paragominas (via sindicato) não influenciarem nas decisões do governo sobre rastreabilidade, podem se recusar a cumprir o decreto.
- Investimento e criação de um fundo para preparar produtores para a implementação de boas práticas que aumentem a produtividade, permitindo a rastreabilidade como uma gestão, não monitoramento de desmatamento.
- Mobilização do setor produtivo para posicionar-se sobre a agenda da rastreabilidade ou qualquer outra diante do governo, essencial para garantir a soberania dos produtores e evitar a imposição de medidas discordantes.
- O governo ou o GT Rastreabilidade deveria consultar os sindicatos dos produtores de gado em regiões produtoras para elaborar o processo de implementação da rastreabilidade no estado.



Figura 14: Participantes da oficina em Paragominas – PA.



8. Sinop – MT

8.1 Comentários Gerais:

- Dificuldade no contato com o pequeno produtor, falta conhecimento e informações básicas como GTA e CAR. Assim, muitas vezes, os frigoríficos preferem negociar com produtores médios e grandes pois estes já possuem estrutura. Pequenos produtores precisam de ambientalização com as legislações. Pecuaristas precisam conhecer o Boi na Linha. Ações para informá-los devem ser feitas de forma constante para solidificar a informação para os pecuaristas.
- Existem os sindicatos, Empaer, mas muitas vezes não funcionam bem.
- Desalinhamento entre bancos e indústria.
- Dificuldades no entendimento da nova legislação da União Europeia (EUDR) e como farão para se adequar.
- O Boi na Linha garante a maior parte da EUDR.
- IMAC (Instituto Mato-Grossense da Carne): Formalização de ajustes para especificações do PMFGA para o estado de Mato Grosso junto ao MPF via IMAC.

O principal público da oficina de Sinop foram os frigoríficos da região e consultores. Como os participantes já tinham conhecimento sobre o PMFGA, foram realizadas discussões mais aprofundadas sobre os critérios do protocolo:

8.2 Desmatamento:

- Desmatamento zero: Há situações em que manejo florestal autorizado é detectado pelo Prodes. Deixar essa situação mais clara no critério de DZ, se a propriedade neste caso deve ser bloqueada.
- Desmatamento: No caso de queimadas, muitas vezes começa em uma propriedade e atinge outra. Pensar em um documento técnico, por exemplo, emitido pelo PREM para segurança jurídica. A SEMA corresponsabiliza propriedades sem aceiros e Imaflora não pode ir além daquilo previsto por lei.

8.3 Terras Indígenas

- Situação de aumento de propriedade (compra de área, alteração CAR) para burlar regra de sobreposição com TI.

8.4 Unidades de Conservação

- Dificuldades para conseguir ofícios com os órgãos.

8.5 Embargo ambiental



- Tem casos em que o órgão estadual retira o auto de infração após defesa do acusado, mas o Ibama retoma o auto de infração em nível federal. Definir a abordagem no protocolo.
- Burocracia do órgão ambiental para retirar o embargo do sistema. É emitido documento comprovando que o embargo foi regularizado, porém ele continua na plataforma do órgão. Possibilidade de o documento ser uma regra de desbloqueio.

8.6 Alterações nos limites do mapa do CAR

- Alteração no critério para que as regras de bloqueio/desbloqueio considerem sobreposição com todos os outros critérios, não apenas polígonos Prodes.

8.7 Cadastro Ambiental Rural (CAR)

- Momento exato para apresentação e validação do CAR. No protocolo, está como data da compra, porém para auditoria, frigoríficos estão apresentando situação do CAR na data de cadastro, compra, embarque e abate. Deve ser feito alinhamento com os auditores em relação à data analisada.
- Divergências no status do CAR estadual e nacional. O estadual mais atualizado envia a informação para o nacional. Portanto, em caso de divergência, usar a informação do CAR estadual. Verificar como está no protocolo e como está sendo tratado nas auditorias.

8.8 Produtividade

- Para o cálculo atual do índice de produtividade, é utilizada a área de uso alternativo consolidada declarada no CAR atual ou uma estimativa do percentual da área consolidada com base no Código Florestal da área total declarada no CAR. Sugestão de alteração específica para o Mato Grosso: Utilização da área produtiva para cálculo do índice, para que seja possível inserir área com autorização para desmatamento. No Mato Grosso, o Decreto Estadual 1.031/2017 dispõe sobre as Áreas de Uso Antropizado do Solo (AUAS), que são áreas de uso antropizado do solo, áreas degradadas e áreas alteradas, com ou sem autorização do órgão ambiental. Para diferenciar áreas abertas legalmente de áreas desmatadas ilegalmente, seriam utilizadas as seguintes informações: área produtiva declarada = áreas abertas com licença após 2008 + áreas consolidadas até 2008. Informações disponíveis no Geoportal MT.
- Falha no critério de produtividade, pois cada empresa avalia o índice de produtividade da fazenda sem informações sobre outras empresas. Ou seja, o produtor pode vender 3 cabeças/ha para uma empresa e mais 3 cabeças/ha para outra empresa, e a venda total ser superior ao índice estabelecido.

8.9 Auditorias



- Auditores precisam estar mais treinados. Nas auditorias, há divergências na interpretação entre empresas de monitoramento, auditores e jurídico da empresa.
- Empresas de auditoria cobrando além daquilo estabelecido nos protocolos.
- Destacar para os auditores marco temporal: data da compra.



Figura 15: Participantes da oficina de Sinop – MT.

Conclusões

As oficinas realizadas em áreas estratégicas da Amazônia, focadas no Programa de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia e na Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia, representaram oportunidades cruciais para reunir representantes de várias empresas de processamento de carne e outros interessados em fortalecer uma cadeia de valor da carne mais sustentável no bioma. Embora a maioria dos participantes seja signatária de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e/ou do Compromisso da Pecuária, é sempre essencial revisitar os protocolos, discutindo novos aspectos para aprimoramento e progresso contínuo.

Os comentários, dúvidas e sugestões foram anotados e sistematizados, podendo servir como base para discussões sobre alterações no PMFGA. Além disso, foram identificadas necessidades de melhoria nos treinamentos dos auditores, devido a falhas no alinhamento na avaliação de alguns critérios.

Esperávamos maior participação de frigoríficos; no entanto, ações de engajamento em parceria com a Abiec estão sendo planejadas para aumentar a aderência desses nos próximos eventos, especialmente os de médio e pequeno porte. Ressalta-se o aumento significativo no número de participantes em relação aos anos anteriores, mas



reconhecemos a oportunidade de expandir ainda mais. Houve também discussões sobre a participação de outros atores da cadeia, como instituições financeiras, produtores, varejistas e órgãos públicos, visto que as oficinas são espaços cruciais para debater diferentes perspectivas.

É relevante que as oficinas abordem temas atuais, como rastreabilidade e reintegração de produtores. O conteúdo deve ser adaptado conforme a região do evento, considerando suas especificidades. Por exemplo, em Rondônia, o foco foi na questão indígena, enquanto em Sinop, as discussões foram mais aprofundadas devido à maior familiaridade dos frigoríficos com os critérios do PMFGA.

Assim, as oficinas representam uma importante forma de engajamento e aproximação dos atores da pecuária. Esse contato não apenas dissemina conhecimento, mas também proporciona aprendizado contínuo à equipe do Programa Boi na Linha, contribuindo para a melhoria constante dos Protocolos de Monitoramento e Auditoria, além dos treinamentos envolvidos e do conhecimento prático de campo.

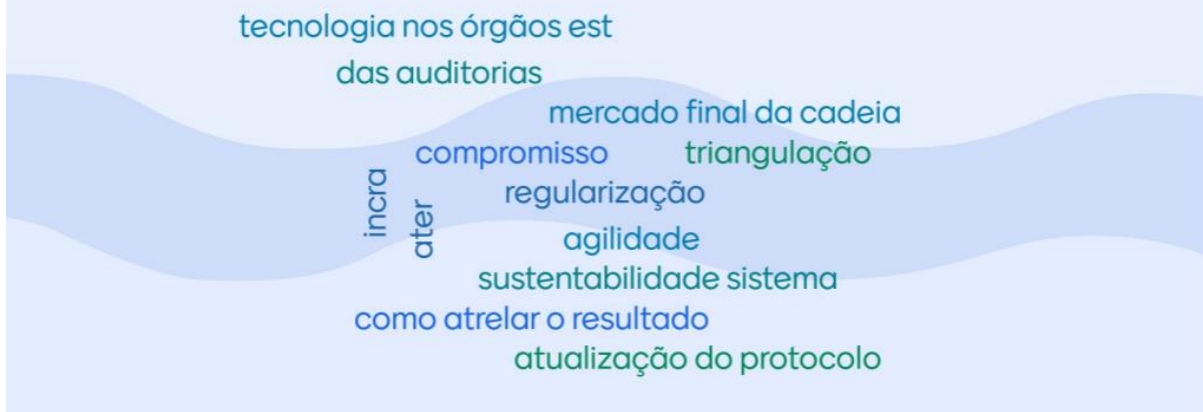
ANEXO I - Avaliação dos Workshops

A seguir estão as avaliações e comentários feitos pelos participantes nos workshops de Marabá, Cuiabá e Sinop. Não houve avaliação final nos demais eventos.

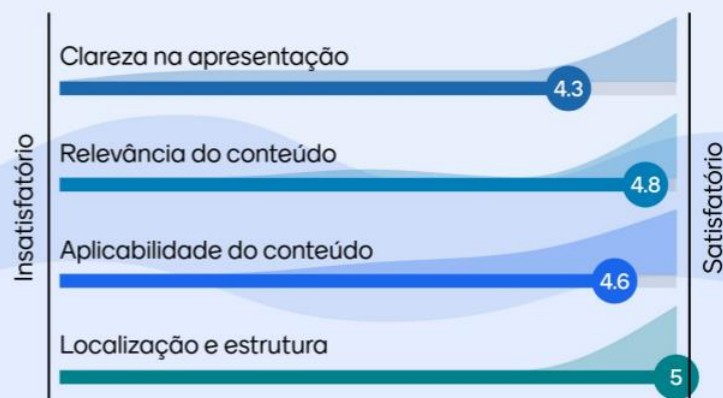
1. Marabá – PA



Que assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?
12 respostas



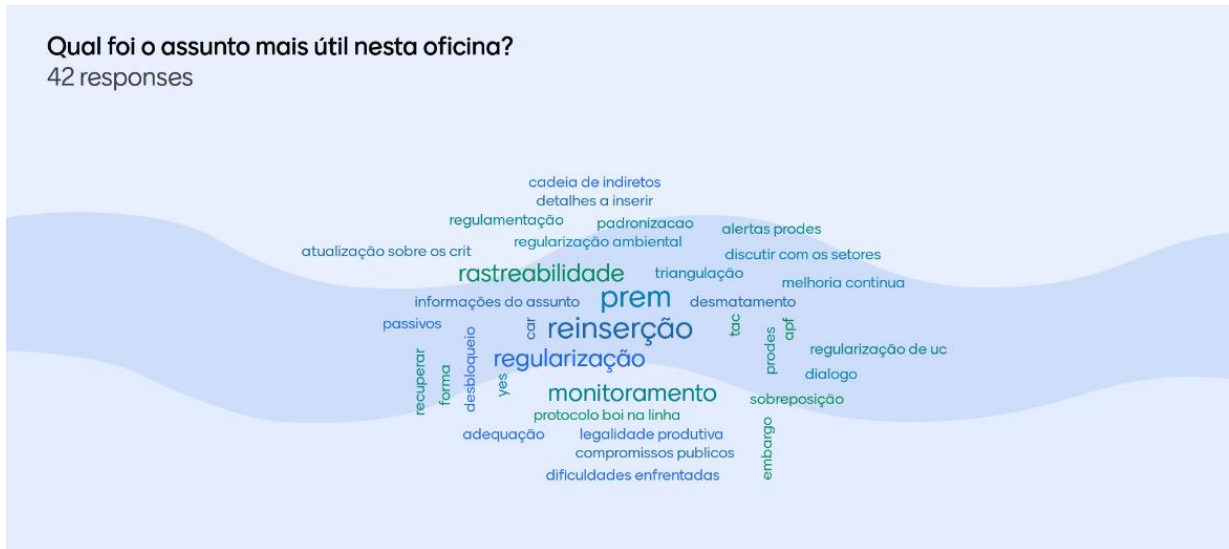
Avaliação



2. Cuiabá - MT

Qual foi o assunto mais útil nesta oficina?

42 responses

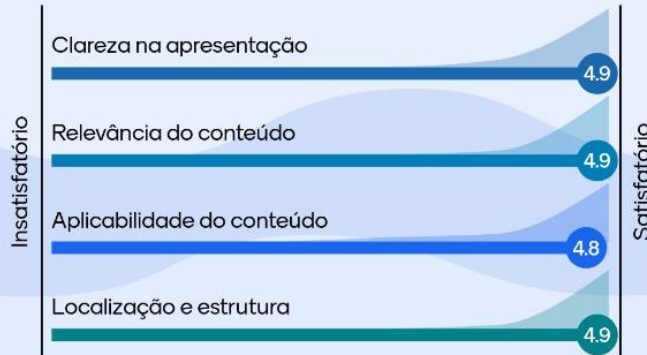


Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?

17 responses



Avaliação



3. Sinop - MT

Qual foi o assunto mais útil nesta oficina?

31 respostas



Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?
13 responses

